

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
INSTITUTO AGGEU MAGALHÃES
RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE COLETIVA

ISABELA NÁJELA NASCIMENTO DA SILVA

PROCESSOS DE VULNERABILIZAÇÃO NA TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO:
RELATO SOBRE MUDANÇAS NOS MODO DE VIDA CAMPONÊS

RECIFE

2020

ISABELA NÁJELA NASCIMENTO DA SILVA

PROCESSOS DE VULNERABILIZAÇÃO NA TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO
FRANCISCO: RELATO SOBRE MUDANÇAS NOS MODO DE VIDA CAMPONÊS.

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva, do Departamento de Saúde Coletiva, do Instituto Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz para obtenção do título de especialista em saúde coletiva.

Orientador: Prof. Dr. André Monteiro Costa

Coorientadora: Dra. Wanessa da Silva Gomes

RECIFE

2020

Catlogação na fonte: Biblioteca do Instituto Aggeu Magalhães

- S586p Silva, Isabela Nájela Nascimento da.
Processos de vulnerabilização na transposição do Rio São Francisco: relato sobre mudanças nos modo de vida camponês/ Isabela Nájela Nascimento da Silva. —Recife: [s.n.], 2021.
22 p.: il.
- Monografia (Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva) - Instituto Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz.
Orientador: André Monteiro Costa; coorientadora: Wanessa da Silva Gomes.
1. Saúde Ambiental. 2. Vulnerabilidade em saúde. 3. Mudança social. 4. População rural. I. Costa, André Monteiro. II. Gomes, Wanessa da Silva. III. Título.

ISABELA NÁJELA NASCIMENTO DA SILVA

PROCESSOS DE VULNERABILIZAÇÃO NA TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO
FRANCISCO: RELATO SOBRE MUDANÇAS NOS MODO DE VIDA CAMPONÊS.

Trabalho de Conclusão de Residência
apresentado ao Programa de Residência
Multiprofissional em Saúde Coletiva do
Instituto Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo
Cruz para a obtenção do título de especialista
em Saúde Coletiva.

Aprovada em: 30/07/2021

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. André Monteiro Costa
Instituto Aggeu Magalhães/Fundação Oswaldo Cruz

Prof. Dra. Wanessa da Silva Gomes
Universidade de Pernambuco

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	6
2 METODOLOGIA	9
3 RESULTADOS E DISCUSSÕES	11
3.1 Agricultura e criação de animais.....	11
3.2 Cultura, lazer e sociabilização	13
3.3 Organização social	15
3.4 Construção da identidade e perdas simbólicas	16
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	18
REFERÊNCIAS.....	20

PROCESSOS DE VULNERABILIZAÇÃO NA TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO: RELATO SOBRE MUDANÇAS NOS MODO DE VIDA CAMPONÊS.

VULNERABILIZATION PROCESSES IN THE TRANSPOSITION OF THE SÃO FRANCISCO RIVER: A REPORT ON CHANGES IN PEASANTS' WAY OF LIFE

Autores:

Isabela Nájela Nascimento da Silva ¹

André Monteiro da Costa ²

Wanessa da Silva Gomes ³

Instituição:

⁽¹⁾ Secretaria do Estado de Pernambuco (SES/PE)

⁽²⁾ Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães - CPqAM / Fundação Oswaldo Cruz

⁽³⁾ Universidade de Pernambuco (UPE)

Endereço para correspondência do autor responsável:

Isabela Nájela: Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco, Rua Doná Maria Augusta Nogueira, 519, Recife - Pernambuco - Brasil, 52751-530.

Artigo a ser encaminhado para a Revista Saúde e Sociedade (ISSN: 1984-0470).

RESUMO

O modelo de desenvolvimento econômico predominante na sociedade contemporânea tem encontrado na exploração de recursos naturais uma forma de propagar e ampliar a lógica mercantilista e neoextrativista do capital. Os grandes empreendimentos, geram impactos e alteram a dinâmica local dos territórios em que se instalam, visto que os processos de construção desses empreendimentos, cujo principal objeto são recursos naturais, trazem consigo a aplicação de modelos exploratórios danosos, sem observar as características locais, as relações sociais preexistentes, as formas de expressão de cultura e o modo de vida das populações afetadas repercutindo assim, na vida e na saúde das pessoas. Desta forma, este estudo buscou descrever, as impressões acerca das mudanças socioculturais e no modo de vida das populações camponesas afetadas pelo projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF). Trata-se de um relato de experiência a partir da vivência no Programa de Extensão TransVerGente, grupo formado por docentes-pesquisadores e graduandos de cursos de ensino superior das ciências da Saúde e de Humanas bem como mestrandos e pós-graduandos em saúde coletiva e saúde mental. O diário de campo (DC) dos pesquisadores foi utilizado como o instrumento de coleta de dados e subsidiou as reflexões que culminaram com este relato. Os relatos encontrados demonstram mudanças na dinâmica de vida, como: no plantio e a dificuldade de fazê-lo; na terra e criação dos animais; nos processos de socialização e o distanciamento familiar; nas barreiras de acesso à equipamentos sociais fundamentais à dinâmica da vida; às práticas de lazer, manifestação de fé entre outros. Refletir acerca das repercussões no modo de vida das pessoas afetadas pelo PISF auxilia da compreensão dos processos de saúde e doença bem como a compreender que saúde está concatenada ao contexto social, cultural e histórico das pessoas e que tais modificações interferem nesses processos.

Palavras chaves: saúde e ambiente; vulnerabilidade em saúde; modo de vida; camponês.

1 INTRODUÇÃO

O modelo de desenvolvimento que impera na América Latina se traduz continuamente em modificações socioambientais de maneira desenfreada visando atender à lógica do capital. Caracterizado por gerar mudanças, por vezes, irreversíveis nos territórios colonizados, esse modelo tem expandido cada vez mais, resultando em projetos cuja principal fonte são recursos naturais, de modo a garantir grandes lucros a curto prazo, mas que repercutem negativamente na dinâmica dos territórios habitados (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2017).

Grandes empreendimentos têm o objetivo de lucrar com a exploração de recursos naturais, gerando alterações nas relações dos sujeitos nos processos de desterritorialização e reterritorialização de famílias e comunidades tradicionais. O resultado é a instabilidade e incertezas quanto às relações preexistentes, sendo estes “obrigados” a ressignificarem suas relações sociais e simbólicas a partir das inúmeras perdas, sejam estas sociais, espaciais e culturais (MORAIS, 2017).

Historicamente, o Brasil possui uma economia centrada no neoextrativismo, principal mecanismo impulsionador do capital no país que obtém dos recursos naturais a sua principal atividade. No que tange às obras de grandes empreendimentos, estudos que abordam os impactos socioambientais por estes disparados, identificam a ocorrência de mudanças significativas na dinâmica e no modo de vida dos sujeitos e populações afetadas desencadeando um processo de intensos conflitos e repercussões na saúde dos sujeitos afetados (QUEIROZ; MOTTA-VEIGA, 2012).

Exemplos significativos de grandes empreendimentos são observados ao longo da história, dentre os quais, está o Projeto da Transposição do Rio São Francisco, denominado oficialmente de Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF) com Bacias do Nordeste Setentrional. É um projeto de grande magnitude, fruto de uma intensa articulação político-empresarial com a ativa participação dos governos federal e dos governadores de estado e representado pelas bancadas do Nordeste Setentrional, a saber Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Este projeto foi retomado no início dos anos 2000, sendo implementado a partir de 2007 (BARACHO, 2014; GUIMARÃES Jr., 2017).

Cercado por inúmeras polemias, visto a magnitude de um projeto encabeçado pelo governo federal, cujo valor inicial foi de R\$ 4.5 bilhões e, ainda inacabado, com orçamento em torno de R\$ 11 bilhões. Este projeto gerou intensos debates entre poder estatal e a sociedade

civil tendo em vista o comprometimento de grande parte dos orçamentos públicos em muitos anos, bem como relativo ao seu mérito (GUIMARÃES Jr., 2017).

Nesse sentido, para se compreender as relações que margeiam os discursos do desenvolvimento econômico comumente associado à degradação ambiental, gerando conflitos socioambientais nos territórios afetados, busca-se identificar as interfaces com os diversos campos dos saberes (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2017).

Com isso, diversos estudos debruçaram-se em pesquisar as vertentes que norteiam as discussões referentes às associações das determinações sociais da saúde *versus* determinantes de saúde, as quais são amplamente discutidas no campo das ciências sociais, da saúde e políticas. Borghi (2018), em seu artigo discute as diversas teorias e modelos que abordam os determinantes/determinação da saúde, e elucida que, para entender a determinação social da saúde, é necessário o conhecimento prévio da determinação social dos indivíduos associando ao conceito de saúde e que se amplie a visão quanto a determinação social da vida, não da saúde apenas.

Os elementos que baseiam as teorias dos Determinantes Sociais da Saúde (DSS), modelo proposto por Dahlgren e Whitehead (1991), que traz uma visão ampliada de saúde considerando os aspectos micro e macros das relações sociais e dos fatores que contribuem e interferem no processo saúde e doença. Este modelo foi amplamente discutido e influenciou importantes marcos históricos na saúde do Brasil, como o Movimento da Reforma Sanitária - 1978, a criação do SUS-1988 e fundamentação de seus princípios doutrinários, bem como na compreensão dos níveis estruturais do modo de produção de vida dos sujeitos (MEDEIROS; SILVA, 2016).

Os determinantes sociais configuram-se como aspectos importantes na análise da situação de vida das pessoas e conseqüentemente, revela as vulnerabilizações desses indivíduos uma vez que, entender a condição de vulnerabilidade das populações, comunidades e/ou famílias é necessário, no intento de resgatar a historicidade dos processos que afetam determinados grupos sociais e lugares e garantir-lhes a condição de sujeitos possuidores de direitos bem como identificar as repercussões na saúde destes (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2017).

A Teoria dos 4S, formulada por Jaime Breilh (2015), comumente utilizada no campo da saúde coletiva, principalmente nos estudos da Epidemiologia Crítica, compreende como elementares para a vitalidade social os princípios da sustentabilidade, solidariedade, soberania e seguridade integral visto que a ausência desses componentes gera modos de vidas não saudáveis. Nesse sentido, o autor afirma que estes princípios devem ser expressos em todas as

dimensões que caracterizam o modo de vida das pessoas, a saber, os espaços coletivos, políticos e organizacionais, de cultura, familiar e ecológico (BREILH, 2010).

O território, em seu conceito mais amplo, perpassa as relações sociais e econômicas dos sujeitos que nele se reproduzem. A partir desse pressuposto, Milton Santos (2005) afirma que para compreender o conceito de território e sua imensa dinamicidade, é necessário observá-lo enquanto potente espaço estabelecido a partir das relações sociais e suas múltiplas funções espaciais visto que, não se pode entender o território sem atentar para as relações ali estabelecidas nos aspectos políticos e econômicos que consolida o modelo capitalista de produção.

O pensamento dominante capitalista tende a considerar o território, por vezes, como um todo indiferenciado, sem considera-lo em sua multiplicidade de representações e significados, de modo que trata-o como algo uno restrito a uma importante fonte de recursos naturais do qual serão gerados lucros, quando, na verdade, os sentidos dados aos recursos que compõem o meio ambiente são diversos, pois são culturais e históricos compostos por sujeitos que atribuem valores simbólicos (ZAGALLO; ERTZOGUE, 2018).

O território é o lugar onde a vida acontece e assim sendo, assume fator importante quanto aos aspectos que influenciam no processo saúde-doença dos indivíduos. O contexto histórico, social, de relação com a terra e o ambiente são dimensões a serem observadas que implicam na potencialização da ocorrência de doenças ou agravos. Desse modo, perceber a vulnerabilização de populações a partir da caracterização de um território mediante a determinação social da saúde possibilita a análise de fatores estruturais e do modo de vida nesses territórios (MEDEIROS; SILVA, 2016).

O conceito ampliado de saúde, atesta que, quaisquer mudanças nos elementos que abrangem a saúde do indivíduo ou da comunidade nos espaços em que estes habitem, tendem a alterar o seu modo de vida e torná-los vulnerabilizados. Nessa perspectiva, faz-se necessário entender o conceito de vulnerabilização (ou vulneração) da saúde que amplia a visão restrita da causalidade em saúde, perpassando para uma noção ampla contextualizada com as práticas humanas exploratórias que podem acometer negativamente as pessoas e o ambiente, colocando-os em situação de vulnerabilidade (SANTOS, 2016).

As dificuldades vivenciadas pelos indivíduos que têm seus modos de vida vulnerabilizados são justificadas em nome dos interesses do bem comum e da sociedade. No entanto, acontece que esses mesmos sujeitos são excluídos desta “sociedade interessada”, visto que seus próprios meios de vida são descartados, quando da destruição dos lugares onde vivem e da, conseqüente, perda dos seus meios de produção (MEDEIROS; SILVA, 2016).

A partir disso e reconhecendo os impactos estruturais e sociais que repercutem na vida das pessoas, surgiu a seguinte pergunta: Quais os reflexos no modo de vida das populações vulnerabilizadas pelo projeto da Transposição do Rio São Francisco e quais as implicações na saúde?

Este artigo tem como objetivo: descrever as mudanças no modo de vida e na saúde dos camponeses vulnerabilizados pelas obras da Transposição do Rio São Francisco no município de Sertânia/PE.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência a partir da vivência em um Programa de extensão, TransVerGente, o qual estuda e atua nas transformações socioculturais e de saúde na população de Sertânia/PE em decorrência da instalação das obras do Projeto de Transposição do Rio São Francisco (PISF).

O Programa TransVergente, é uma iniciativa de Reparação Integral Comunitária e iniciou suas atividades no ano de 2018. Trata-se de um projeto com caráter interdisciplinar, articulado entre docentes e estudantes dos cursos de graduação em Ciências da Saúde (Psicologia e Medicina), da Residência em Saúde Mental (alunos de Psicologia, Enfermagem e Serviço Social) da Universidade de Pernambuco (UPE, Campus Garanhuns e de Direito do Campus Arcoverde, bem como da Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva/IAM/Fiocruz e do IMIP cujos docentes-pesquisadores são da UPE e da Fiocruz.

O TransVergente realizou articulação com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) do município, com alto poder de articulação e comunicação com as comunidades de camponeses e engajadas nos processos desencadeados que contribuíram significativamente nas articulações com os(as) camponeses(as) afetados pelo PISF.

Este estudo em campo se deu no período de setembro de 2018 a setembro de 2019 e as observações a serem descritas foram elaboradas a partir das visitas ao município de Sertânia.

Tendo como área de estudo a Vila Produtiva Rural, nomeada VPR salão a qual foi construída para comportar as famílias de camponeses(as) desterritorializados(as) com o advento do PISF. O município de Sertânia, situa-se no semiárido nordestino, localizado a 307 km da capital pernambucana, Recife, tendo a população estimada em 35.907 pessoas, densidade demográfica de 2.421,527 km². O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,613 reflete o avanço do município em relação aos anos anteriores de acordo com o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (IBGE, 2020).

O PISF está na sua fase de vir ofertar água às comunidades, no entanto, esse processo ainda não aconteceu. As regiões adscritas para serem abastecidas pelo projeto são: os distritos de Rio da Barra, Sítio Cipó, Pernambucozinho, Belamento, Maxixe, Mundubi, Laje da Onça, Valdemar de Siqueira, Henrique Dias e Sítio Salgadinho. O projeto prevê a construção de canais condutores de água com cerca de 720 km de extensão, nos dois Eixos, cujas estruturas são compostas por concreto bem como estações de bombeamento, túneis, aquedutos e pequenos reservatórios, nos quais as águas do rio São Francisco chegarão aos grandes açudes da região. O principal elemento fundante do PISF é a garantia de acesso à água aos 12 milhões de habitantes de 390 municípios do Agreste e do Sertão dos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, no entanto o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA, 2004). As águas transpostas terão diversas finalidades, mas a maior parte, 70% serão destinadas à irrigação, sendo destes, 4% para população difusa, 11% ao uso industrial e 19% para abastecimento (BRASIL, 2004).

A vivência foi registrada no diário de campo, que subsidiou este estudo, constitui-se de um importante elemento de (in)formação em pesquisa de campo no qual constam as observações e anotações relevantes identificadas pelo(a) pesquisador(a). Essas informações se estendem desde elementos característicos da região como cultura, ambiente, fenomenológicos, perpassando também os registros e interlocuções permitindo o registro dos movimentos, leituras, tempos, espaços e reflexões (OLIVEIRA, 2014).

O diário de campo é um instrumento reconhecido como importante estratégia de registro das memórias, narrativas e vivências expressando os caminhos percorridos na pesquisa e estudos (ARAÚJO, 2013). Segundo Triviños, os registros no diário de campo podem ser caracterizados em dois tipos: descritivos e reflexivos, obtendo-se em sua maioria, a integração de ambos os tipos, visto a natureza desse instrumento. Sendo assim, as observações quanto aos comportamentos, gesticulações, as atitudes, as palavras, ideias, características do local da pesquisa etc. (FAJER *apud* TRIVIÑOS, 2017).

O diário de campo, utilizado como ferramenta de informação potente neste estudo reverbera a importância de ser adotado como mecanismo de pesquisa bem como se mostrou necessário para uma análise mais aprofundada dos elementos básicos da pesquisa que por vezes, são ignorados no âmbito dos estudos de campo, visto que, contém memórias observadas pelo pesquisador e que fogem à roteiros próprios e engessados que caracterizam-se em elementos visuais, táteis, sonoros, de gestos, sensações, percepções, tempo e espaço resultando numa ciência vivida e sentida.

As observações registradas no diário de campo resultaram a partir das 8 visitas à VPR Salão, previamente agendadas e articuladas com os representantes do STR- Sertânia e da referida vila. Antes das visitas e ações, os pesquisadores envolvidos se organizam de modo a discutir as necessidades emergentes de intervenções na região, fazendo uma análise crítica dos processos *in loco*, considerando também os relatos dos moradores e dos representantes do STR.

A partir dos diversos olhares é possível ter um panorama das principais urgências de intervenções e de maior aproximação aos camponeses da região, estabelecer como se darão essas ações e quais possíveis impactos na saúde, no modo de vida e nos enfrentamentos das relações sociais da população adscrita.

Durante as vivências, foi realizado o reconhecimento do território, visitas aos pontos de construções dos canais e barragens, reuniões de articulações com os STR e os representantes dos distritos e comunidades locais, nas impressões observadas a partir das falas das famílias da Vila, reuniões de planejamento das ações bem como visitamos as famílias que foram vulnerabilizadas pelas obras.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

As famílias compreendidas neste estudo caracterizam-se como aquelas que sofreram processo de desterritorialização devido à instalação e construção dos canais e barragens do PISF. São famílias de camponeses (as), provenientes de distritos diversos, em sua maioria moradores antigos da região, que atualmente, residem na VPR Salão e que, até receberem suas casas, viveram por anos de alugueis ou em casa de parentes com uma ajuda de custo do governo. Estas famílias mantinham atividades comuns de trabalho de subsistência como a agricultura familiar e, criação de animais, evidenciando intensa relação com a terra.

Pôde-se reunir diversos elementos que evidenciam as vulnerabilizações sofridas pelas famílias da VPR Salão, que culminaram em mudanças no modo de vida da população. Para auxiliar na sistematização dos achados a partir dos registros no diário de campo, elencou-se os principais processos modificados: Agricultura e criação de animais, cultura lazer e sociabilização, organização social e construção da identidade e perdas simbólicas.

3.1 Agricultura e criação de animais

No tocante à agricultura, percebe-se a perda das propriedades e conseqüentemente, do vínculo com a terra. As famílias desterritorializadas, relembram de modo saudoso as relações

com a terra, o cuidado no adubo, plantio e cultivo de plantas, verduras, frutos e grãos. As terras em que as famílias habitavam eram consideradas férteis com boa adaptação do solo e colheitas regulares e numerosas.

De tudo se plantava: milho, feijão, mandioca, algodão. A roça eram a principal fonte de renda também de sustento das famílias. Ao se verem obrigados a reconstruírem nova vida em outro lugar, sem a certeza de ter terra para plantar, as famílias precisaram ver uma nova forma de sustento e renda. Produtos que eles mesmo produziam, passaram a comprar, por valores até mais caros o que gerou um desequilíbrio na renda e qualidade da alimentação das famílias.

Um dos relatos nos chamou atenção quando um dos moradores pontuou que toda plantação foi destruída, e relembra o momento em que os tratores passaram por cima das fruteiras, das roças, “arrebentaram pés de goiabeira grande” e lembravam saudosos que tudo eles plantavam ali - feijão, milho, algodão - (Diário de Campo).

Os moradores da VPR estão há cinco anos sem acesso à água devida e também sem a terra para exercer a agricultura. Tal situação contradiz o objetivo principal da construção do canal que é combater a seca e ofertar água para população, ressoando assim, a real finalidade das construções que se direciona a beneficiar o agronegócio e os interesses mercantilistas de determinados grupos.

As famílias vulnerabilizadas relatam ainda que, antes do projeto, nas suas terras, preservavam o costume de criação de animais. Bodes, cabras, vacas, cavalos, galinhas, porcos. São alguns exemplos que, para além de ser uma importante fonte de renda, também era de onde essas famílias tiravam seu sustento bem como se caracterizava por uma atividade realizada por prazer.

Com o advento das obras, uma série de mudanças na região, resultaram na improdutividade e dificuldade na criação dos animais. Relatos de roubos de animais passaram a ser frequentes devido ao aumento de pessoas “estranhas” na região. Além disso, as famílias que foram desterritorializadas e que não queriam abrir mão de suas propriedades, relatam que tiveram as cercas de suas terras derrubadas (por vezes, na madrugada) e com isso, muitas cabeças de gados se perderam.

Antes da construção do canal não haviam mazelas sociais como roubos e assaltos. As pessoas dormiam de portas abertas, pois a sensação de confiança, segurança era muito comum! Com o advento das obras, o número de pessoas desconhecidas que passaram a andar pelas redondezas; Relatos de sensação de medo dos roubos e assaltos (percas de criações, gados, etc.). A liberdade de criar os bichos soltos pelo terreno se perdeu pois muitos não voltam mais aos terrenos devido à vila não possuir os aspectos de suas terras, do mato, da roça. - (Diário de Campo).

A agricultura e pecuária correspondem a um importante elemento de caracterização de determinadas populações, visto que, para além de ser a principal fonte de sustento e renda de famílias camponesas, associa-se a uma íntima e constante relação com a terra promovendo uma habilidade específica dessas pessoas no manuseio, no plantio e cultivo de hortas, plantas, frutos e grãos.

Com o advento do PISF, muitas famílias que tinham como principal atividade e sustento a agricultura, se viram forçados a deixarem suas terras, a qual preservava sua história e referências de estar no mundo. Além disso, as atividades produtivas e processos que geram renda mediante o uso do território reflete sobre o trabalho (BORGES, 2017).

O território é dinâmico e assim sendo não se permite ter uma visão fragmentada dos distintos e múltiplos processos sociais, econômicos, políticos, estruturais e de saúde que neste o caracteriza e o integra. Desse modo, compreender o território como fundamental nos processos vitais e de saúde são essenciais uma vez que este influencia e interfere no binômio saúde-doença (MEDEIROS; SILVA, 2016).

A situação vivenciada pelas famílias inclui-se no panorama social afetado pela expansão da lógica capitalista exploratória e carrega o contexto histórico como principal reflexo, visto que, os processos de privatização da terra no Brasil decorrem de um longo período de acumulação de capital, gerando efeitos danosos que se estendem aos dias atuais. A exploração desenfreada e comercialização dos recursos naturais e a expropriação territorial de populações tradicionais são alguns exemplos (VALADÃO; BARCELLOS, 2012).

Além disso, as populações vulnerabilizadas encontram-se inseridas num conjunto de relações de poder em que interesses políticos e econômicos imperam gerando disputas que não contemplam às famílias afetadas colocando-as num contexto de constante vulnerabilização uma vez que, aspectos como a exploração de recursos naturais, o acesso à água, as formas de distribuição entre os benefícios e os danos desses investimentos não serão direcionados aos que de fato precisam. Nesse sentido, é necessário o reconhecimento da existência desses conflitos que emergem nos territórios e que vulnerabilizam famílias (ARAÚJO, 2017).

3.2 Cultura, lazer e sociabilização

Quanto à cultura e as formas de socialização local, estas são interpretadas e vivenciadas de maneiras diferentes pelas pessoas e famílias deste estudo. Percebeu-se que os espaços de propagação de cultura são ainda incipientes e poucas pessoas têm acesso ou pouco contato. As

manifestações culturais predominantes referem-se à produção de artesanato, festas e feiras locais, vaquejadas, datas comemorativas, feiras semanais e romaria. A fé e devoção à padroeira da cidade (Nossa Senhora Aparecida) é a uma das datas mais festejadas e frequentadas pela população sendo comum, em reuniões (como as no STR) a realização de orações e rezas coletivas, evidenciando a manifestação da fé e da religião como elemento cultural importante.

As famílias não apontaram mudanças significativas nesse contexto, visto que, a cultura local está intrinsicamente associada ao modo de vida das famílias. No entanto, a partir da construção dos canais e com o deslocamento de algumas famílias, relatos de dificuldades de acesso a esses processos culturais foram dificultados e em alguns casos, inviabilizados devido à distância em que as famílias foram reterritorializadas. Dificuldade em pegar transporte e ir às romarias e igrejas, medo ao sair à noite são alguns exemplos relatados.

Em relação as práticas de lazer, estas são quase inexistentes. Muitos, desconhecem, inclusive, do que se trata o próprio termo “lazer”. A partir das falas e trocas nas rodas de conversas e diálogos, em muitos momentos, precisou-se contextualizar o significado de lazer para os moradores da VPR evidenciando a deficiência dessa pratica importante na manutenção do bem-estar físico e mental.

Para muitas famílias, o lazer estar associado às suas práticas diárias de cuidado aos animais, o trabalho na roça, as atividades de costura, crochê, artesanatos, bordados e afins. Alguns associam ao lazer estar em casa, sentar-se na varanda na cadeira de balanço, dormir, “prosear” com os vizinhos, promover rodas de causos e cantos. São formas descritas como o lazer frequentemente vivido pelas pessoas do campo.

Para os mais jovens, há a participação em campeonatos de futebol, vivências em cursos de música (ofertados pela escola do município) bem como frequentar bares e festas nas noites.

Os espaços de sociabilização que favorecem a construção de relações entre os atores sociais são múltiplos e são encarados pelos moradores da VPR de maneiras diversas uma vez que, os novos moradores são provenientes de outros distritos, vilas e sítios. Nesse sentido, percebeu-se que as relações estabelecidas de sociabilização ainda são incipientes visto que, os novos moradores trazem consigo o apego de sua terra, de suas casas, principalmente, de suas famílias e vizinhos gerando uma ruptura significativa no modo de ver-se nesse novo lugar.

As famílias foram distanciadas de seus parentes e amigos, associado aos demais fatores (desterritorialização, indenizações irrisórias, perdas simbólicas e vínculo com a terra) a construção de vínculo com os novos vizinhos tem-se dado de maneira gradativa e incipiente. Nas reuniões agendadas pelo TransVerGente junto à associação dos moradores e representantes

dos distritos, algumas falas despertaram a necessidade de maior envolvimento com a comunidade.

Alguns moradores ressaltaram a importância da promoção e comemoração de eventos coletivos como Dia das Mães, Dia dos Pais, Dia das Crianças, entre outros como uma forma de aproximação e de potencializar as relações na vila.

As famílias destacaram as participações na associação dos moradores, das atividades propostas e que por vezes, se divertiam bastante. Sendo a maioria das participantes desses espaços, predominantemente compostos por mulheres camponesas. - (Diário de Campo).

Segundo Morais (2017), as populações tradicionais, constituem um modo de vida singular, de relações culturais e sociais nas quais, em sua grande maioria, correlaciona-se aos aspectos ecológicos, ambientais, da natureza e do trabalho, assim como, compreendem o lugar como o centro norteador de suas relações, bem estar e do seu modo de vida. Para elas, lazer e trabalho são considerados termos equiparados, cujos sentidos e ações coexistem e se relacionam.

O ambiente camponês, não se comporta apenas, como um lugar de produção agropecuário ou campo de investimento meramente para fins lucrativos, ele é o lugar diferenciado, que vida e trabalho coexistem e dão sentido ao modo de vida das pessoas (WANDERLEY, 2001).

3.3 Organização social

As organizações e movimentos sociais são instâncias importantes na construção das relações sociais, na defesa por melhores condições de vida popular, no empoderamento dos sujeitos enquanto cidadãos bem como na troca de conhecimentos. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e a Associação dos Moradores da VPR se revelaram como importantes pontes para a criação do vínculo na Vila. E não só isso, foram os principais parceiros no projeto onde a todo momento, estavam dispostos a discutir, debater, formular estratégias de enfrentamento às problemáticas inerentes à vila e afins.

Nos encontros e reuniões promovidos entre STR, Associações e o TransVerGente, foram pautadas as diversas problemáticas (estruturais, de saúde, de convivência, de direito jurídico) sofridas pelas famílias da Vila, nas quais era elencadas as prioridades para o enfrentamento. Problemas locais e estruturais como as barragens sem manutenção, as

recorrentes explosões e os impactos na saúde das pessoas, a segurança local – que evidenciou-se numa onda de assaltos na região -, falta de escola para as crianças e adultos, de uma Estratégia de Saúde da Família (ESF), reestruturação da pracinha, eram temas recorrentes de necessidades consideradas emergentes para a adaptação na vila.

Outras questões foram levantadas de modo a se conseguir articulações e parcerias com outras instâncias organizativas, dentre os quais, a Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco (FETAPE), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e o Ministério Público do Estado de Pernambuco (MPPE), de modo a encontrar soluções aos problemas vividos em busca de soluções efetivas.

Além disso, nas ações realizadas, estratégias de melhorar a convivência e as relações entre os moradores foram criadas bem como a urgência em um processo de formação política dos sujeitos, visto que, muitos não tinham noção de direitos fundamentais básicos, o que acarretava em danos financeiros (perda de propriedades, valores irrisórios, assinatura de contratos sem ler antes) emocionais e sociais.

A sede do STR, localizada no centro da cidade de Sertânia, se configurou como um dos principais pontos de apoio de articulações entre representantes dos distritos, moradores e integrantes do TransVerGente, sendo um espaço de escuta, trocas, debates e formulação de estratégias das ações. Muitos desses encontros, iniciados com uma reza e oração do Pai Nosso, regados a cafés da manhã, almoços genuinamente regionais com uma vista privilegiada do pouco verde que restou na cidade.

No que tange à organização social, compreende-se a necessidade de maior articulação bem como de formação política de modo que os indivíduos reconhecem-se enquanto sujeitos de direito e transformador de sua realidade. Para Breilh (2015), a participação popular tem que ser forte, independente, autônoma e soberana, e este reconhece que a população é parte do Estado e como tal deve estar apta a discutir políticas públicas de forma não instrumentalizada e burocratizada.

3.4 Construção da identidade e perdas simbólicas

As mudanças geradas com o advento das obras repercutiram sobremaneira na vida das famílias. Todo seu contexto de vida, social, cultural, de reconhecimento e construção de identidade foram alterados. Aspectos como o isolamento da Vila, a dificuldade de acesso aos serviços básicos, transporte, a ausência do funcionamento de importantes equipamentos sociais (escola, praça, ESF), a dificuldade de plantio e criação de animais, a qualidade da água (salobra)

e a perda da independência (aguardam o carro-pipa a cada 15 dias), a revolta quanto aos valores indenizatórios não condizentes com a terra, o não recebimento dessas indenizações, desapropriações compulsórias, a insegurança quanto ao futuro de suas moradias visto que as casas da Vila não são escrituradas, a demora de finalização do projeto.

Além disso, a dinâmica do modo de vida anterior foi alterada (barulhos devido às explosões, movimento contínuo de carros e máquinas), aumento de circulação de pessoas, em sua maioria, homens jovens, recrutados para os trabalhos das obras e soldados do exército, culminou com a expansão do comércio de bebidas e bares. Há relatos de aumento na incidência de mazelas sociais como a comercialização de tráfico de drogas, práticas de roubos e furtos bem como assassinatos, prostituição e exploração sexual infantil.

Não obstante, as perdas imateriais que se refletem na saúde das pessoas, a saber, árvores antigas com valores simbólicos, a paisagem campesina e calma que foi transfigurada em máquinas, entulhos e pedras, são alguns dos relatos de pessoas que sofreram os efeitos do advento do PISF os quais, sem nenhuma expectativa de reparação por parte dos órgãos governamentais, viram-se desamparados, destituídos de seus direitos, o que gerou adoecimento e até morte.

O barulho das máquinas incomodavam, principalmente à noite, gerando estresse, irritabilidade, distúrbios do sono. Perto do Rio da Barra, um homem conhecido dos moradores foi citado como possível afetado pelas obras, chegando a não saber mais voltar para casa (devido as mudanças geográficas que a construção resultou). Não se reconhecia mais aquele lugar. Se tinha uma noção totalmente diferente do que o visto na região. Os moradores pensavam que as obras resultariam em melhoria do acesso à água, empregos, modernização e tecnologia na região. Contudo, o que se viu foi o advento de conflitos e mazelas sociais como roubos, drogas, bem como o comércio da exploração sexual. - (Diário de campo).

No tocante às perdas simbólicas e quanto a ruptura da identidade, ao serem deslocadas do seu lugar de origem, os sujeitos tendem a recluir-se, uma vez que, o que lhe foi tirado, caracteriza-se como grande perda de sua história. Estudiosos defendem que, a história da ciência relaciona-se a partir perspectiva humana sobre a natureza bem como nas relações estabelecidas entre os homens e destes com a natureza na produção do ciclo da vida (MEDEIROS; SILVA, 2016).

Desta forma, é importante compreender que a lógica desenvolvimentista culmina em mudanças significativas no modo de vida, visto que, acarreta em episódios de perda de territórios, tragédias humanas, promessas não cumpridas, desigualdade na distribuição de renda e dos recursos explorados, aumento da miséria e do desemprego, surgimento de mazelas sociais assim também como reflexos na saúde (MORAIS, 2017). Essa dinâmica da lógica mercantil

impõe racionalidades que desconsideram as particularidades dos sujeitos e do território vivo (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2017).

Os aspectos inerentes à vida humana como os costumes, moradia, estilos de lazer, hábitos alimentares, relações afetivas e sociais e princípios morais integram uma rede de transformações geradas pelo processo de desterritorialização. Fatores esses importantes de caracterização do sujeito visto que, o lugar no qual o indivíduo nasceu, cresceu e vive são fundamentais para a construção de referências e de sua identidade ao longo da sua vida (MORAIS, 2017).

Compreender o espaço, a terra e as relações sociais como fatores essenciais de caracterização dos sujeitos e as formas de promoção da saúde ou adoecimento destes. A distribuição dos fatores microdeterminantes (individuais, grupos familiares, estilos de vida e relações sociais e comunitárias), intermediários (condições de vida e trabalho) e macrodeterminantes (condições socioeconômicas, culturais e ambientais) em camadas sobrepostas, dão ideia de interligações e da indivisível relação destes como indutores no modo de vida das pessoas e conseqüentemente, de saúde (MEDEIROS; SILVA, 2016).

Sendo assim, as dificuldades encontradas em reorganização social por parte das famílias, caracteriza-se a partir da ruptura dos laços preexistentes provocados pelo PISF. No modelo da Determinação Social da Saúde (DSS), as redes sociocomunitárias, são expressas por relações solidárias e de confiança em que as pessoas estão inseridas e sentem-se seguras (MEDEIROS; SILVA, 2016) uma vez perdidas, o indivíduo afetado encontra dificuldades de se reencontrar no novo espaço podendo, inclusive, gerar sentimentos de apatia, reclusão social entre outros.

As condições de vida, o acesso a bens e serviços públicos essenciais, as condições de trabalho e subsistência foram gravemente afetadas sem os devidos mecanismo de reparação além disso, a mudança nos aspectos culturais, ambientais e socioeconômicos das famílias também se expressaram sobremaneira evidenciando o descaso da responsabilidade dos órgãos de estado e governo quanto ao estabelecimento de políticas públicas e de reparação potencializando a condição de vulnerabilidade e gerando adoecimento dos indivíduos (MEDEIROS; SILVA, 2016).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de Transposição do Rio São Francisco segue a lógica desenvolvimentista-econômico a qual sujeita-se ao capitalismo. Os processos produtivos resultantes geram uma

série de externalidades negativas, ou seja, impactos ambientais, sociais, culturais e de saúde decorrentes dos inúmeros impactos de diferentes cadeias produtivas, sendo a exploração de recursos hídricos um destes.

Compreender as vulnerabilizações às quais estão sujeitas as famílias camponesas e as repercussões na saúde destas e como elas são afetadas a partir do advento de grandes empreendimentos e como estes impactam no modo de vida dessas pessoas, auxilia na elaboração de pensamentos críticos bem como em estratégias de combate às formas exploratórias-predatórias que alteram e resultam em adoecimento das populações locais.

Este estudo reforça a necessidade de a comunidade científica desenvolver outras pesquisas que tratem das mudanças no modo de vida das populações visto o advento de projetos ideários do desenvolvimento desordenado que não considera as relações estabelecidas dos indivíduos com a terra, a cultura e com os demais sujeitos.

Depreende-se, assim, a necessidade do reforço à importância dos espaços de debates fomentados e induzidos pelos movimentos sociais com a participação popular tencionando e rebatendo o atual modelo de desenvolvimento global e local cujas ações acometem diretamente as famílias locais e resultam em consequências socioambientais, sanitárias e de saúde da população de modo que estes sejam constituídos sujeitos corresponsáveis e coparticipantes nas decisões frente às intervenções no território.

Este estudo permitiu compreender, a partir da observância dos pesquisadores e dos diálogos entre as famílias, como o advento de grandes empreendimentos e seus mecanismos de ‘invasão’ no território habitado se repercutem e alteram o modo de vida dos sujeitos e como os detentores de poder, a saber, o Estado e o capital, articulam-se e sobrepõem-se às realidades humanas eximindo e negando-lhes sua identidade a partir dos processos de desterritorialização contribuindo no fomento do processo de adoecimento desses.

As estratégias de reparação existentes não comportam e não atendem às reais necessidades das famílias camponesas afetadas, sendo necessário repensar medidas de reparação eficazes e condizentes com essas realidades tão diversas e singulares ao mesmo tempo, de forma a serem implementadas e articuladas juntamente com os principais afetados: a população camponesa.

Outros estudos na área devem ser estimulados, sejam no campo das ciências da saúde, bem como nos demais campos dos saberes, visto que, trata-se de um fenômeno que altera os diversos aspectos inerentes à vida humana e que se configuram negativamente nas relações sociais e de saúde.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, I.M.M; OLIVEIRA, A.G.R.C. Interfaces entre a saúde coletiva e a ecologia política: vulnerabilização, território e metabolismo social. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 41, p. 276-286, 2017.
- ARAÚJO, L. F. S. et al. Diário de pesquisa e suas potencialidades na pesquisa qualitativa em saúde. **Brazilian Journal of Health Research**, 2013.
- BARACHO, L.M.S. **Feridas da transposição do São Francisco**: um olhar sobre comunidades quilombolas do Semiárido Pernambucano. 2014. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Saúde Pública) - Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2014.
- BARCELLOS, G. H. Mulheres e lutas socioambientais: as intersecções entre o global e o local. **Revista Katálysis**, v. 16, n. 2, p. 214-222, 2013.
- BEZERRA, V.C.R. *et al.* **Injustiça ambiental e saúde**: a perspectiva dos agricultores familiares afetados pela transposição do Rio São Francisco. 2016. Tese de Mestrado.
- BORGHI, C.M.S.O; OLIVEIRA, R.M.; SEVALHO, G. Determinação ou Determinantes Sociais da Saúde: Texto e Contexto na América Latina. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 16, n. 3, p. 869-897, 2018.
- BORGES, J.C.P. Do sertão ao cerrado: trajetórias do território e do sertanejo goiano. **Ateliê Geográfico**, v. 11, n. 2, p. 156-169, 2017.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional**. Brasília, DF, 2004.
- BREILH, J. Las tres 'S' de la determinación de la vida: 10 tesis hacia una visión crítica de la determinación social de la vida y la salud. 2010.
- BREILH, J. Entrevista: Jaime Breilh. **Trabalho, educação e saúde**, v. 13, n. 2, 2015.
- CÂMARA, J. B. D. Governança ambiental no Brasil: ecos do passado. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 46, p. 125-146, 2013.
- FAJER, R. F.; ARAÚJO, M. P.; WAISMANN, M. Importância do diário de campo nas pesquisas qualitativas com metodologia de história oral. **SEFIC 2016**, 2017.
- FIRPO, M.; MACIEL, J.; CARNEIRO, L. C. E. F. Para defender o SUS e Sua integralidade: desafios para a Vigilância e a Promoção da Saúde.
- GUIMARÃES JR, J. A. Reforma hídrica do Nordeste como alternativa à transposição do rio São Francisco. **Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades**, n. 227, p. 80-88, 2016.
- GONDIM, G. M. M et al. O território da saúde: a organização do sistema de saúde e a territorialização. **Território, ambiente e saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz**, p. 237-255, 2008.
- IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pe/sertania.html>. Acesso em: 06 jul. 2020.
- LIMA, E. M. F. A; YASUI, S. Territórios e sentidos: espaço, cultura, subjetividade e cuidado na atenção psicossocial. **Saúde em debate**, v. 38, p. 593-606, 2014.

- MEDEIROS, C. M. B.; SILVA, L. R. Dimensões Constitutivas de Tecnologias Sociais no Campo da Saúde: uma proposta de construção e apropriação de conhecimento em territórios vulneráveis. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 15, n. 1, p. 144-159, 2016.
- MORAIS, T. J. GRANDES EMPREENDIMENTOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: Implicações subjetivas em famílias deslocadas compulsoriamente / Tamires de Jesus Moraes. - 2017. 130 p.
- OLIVEIRA, R. C. M. (ENTRE) LINHAS DE UMA PESQUISA: o Diário de Campo como dispositivo de (in) formação na/da abordagem (Auto) biográfica. **Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos**, v. 2, n. 4, p. 69-87, 2014.
- PETTRES, A. A.; ROS, M. A. A determinação social da saúde e a promoção da saúde. **Arquivos Catarinenses de Medicina**, v. 47, n. 3, p. 183-196, 2018.
- QUEIROZ, A. R. S.; MOTTA-VEIGA, M. Análise dos impactos sociais e à saúde de grandes empreendimentos hidrelétricos: lições para uma gestão energética sustentável. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, p. 1387-1398, 2012.
- SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. Edusp, 2005.
- TAMBELLINI, A; MIRANDA, A. C. Desenvolvimento, trabalho, saúde e meio ambiente. **Secondary. TAMBELLINI, AT Cebes. Rio de Janeiro**, p. 171, 2012.
- ZAGALLO, A. D. A; ERTZOGUE, M. H. “Os sentimentos eles nunca vão indenizar”: tecendo memórias de mulheres ribeirinhas atingidas por barragens. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, v. 15, n. 3, p. 91-108, 2018.
- WANDERLEY, M. N. B. A ruralidade no Brasil moderno. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural. In: **Una nueva ruralidad en América Latina?**. CLACSO, N.G. (org.) Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001. ISBN: 950-9231-58-4 Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>>.